

Operação Murder Inc.

PF vê crime político e prende deputado e irmão, suspeitos da morte de Marielle

— Chiquinho Brazão (União Brasil) e Domingos, conselheiro do TCE, são presos; atuação da Polícia Civil é investigada; vereadora foi executada por contrariar milícia e grilagem, diz inquérito

VINÍCIUS VALFRÉ
GABRIEL DE SOUSA
BRASÍLIA
PEPITA ORTEGA
SÃO PAULO

Seis anos após o assassinato de Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes, três investigadores foram presos ontem por suspeita de envolvimento na tentativa de mandar matar a vereadora do Rio de Janeiro. As prisões do deputado federal Chiquinho Brazão (União Brasil-RJ), de seu irmão Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TCE), e do ex-chefe da Polícia Civil do Rio Rivaldo Barbosa — responsável por parte das investigações do caso no âmbito estadual — representam o avanço mais significativo da apuração até aqui.

Os mandados de prisão preventiva foram cumpridos por determinação do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), diante de relatório da Polícia Federal que apontou crime político, motivado pelo fato de Marielle contrariar interesses da milícia e a grilagem de terras na zona oeste do Rio.

A Omissão revelou detalhes do funcionamento de uma rede de autoridades públicas suspetas de estar por trás do crime praticado em 14 de março de 2018. Em entrevista concedida na tarde de ontem, após ler o relatório de 470 páginas da PF, o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, afirmou que a investigação e a prisão dos possíveis mandantes são um "trunfo expressivo do Estado brasileiro". Ele alertou que as apurações relatam o "modus operandi da milícia no Rio" e o "entrelaçamento com os órgãos públicos".

Domingos Brazão, hoje conselheiro, já foi deputado estadual; Chiquinho é parlamentar federal, e Rivaldo era o chefe da Polícia Civil do Estado na época do crime. Os três foram levados ontem de avião para presídios diferentes em Brasília.

O nome de Rivaldo foi apontado como a "surpresa" da investigação por familiares e políticos que conviviam com Marielle. É um personagem que levou a apuração a se debruçar sobre a atuação da Polícia Civil do Rio na



Domingos Brazão, conselheiro do TCE-RJ, no aeroporto de Brasília, de onde foi levado para presídio

“Os indícios de autoria mediata que recaem sobre Domingos Brazão e José Francisco Brazão são eloquentes. Os irmãos contrataram dois serviços para a consecução do homicídio: a execução em si e a garantia da impunidade junto à organização criminoso instalada na Divisão de Homicídios, comandada por Rivaldo Barbosa”

Polícia Federal

condução do processo investigatório (*mais informações na página ao lado*). Rivaldo é suspeito de ser parte de um conluio para a execução de Marielle. Sua função teria sido a de garantir que não haveria punição ou investigação conclusiva.

Há um ano conduzindo as apurações, a PF relatou detalhes da motivação do crime da atuação dos investigados presos ontem. Com base no relatório, Moraes expediu os mandados cumpridos. As investigações apontam a ação da milícia no Rio, e sua ligação crescente com a política, como o principal motivo para a execução de Marielle. Segundo a PF, enquanto o grupo sobre o qual os irmãos Brazão ti-

nham influência atuava para regularizar terras para fins comerciais, a vereadora e seus aliados políticos queriam usar os terrenos para fins sociais, de moradia popular. Chiquinho Brazão foi vereador junto com Marielle.

DESCONTROLE. Um projeto de lei em específico teria sido a origem da irritação do então vereador com Marielle. De autoria de Chiquinho, o texto tratava da regulamentação fundiária de loteamentos em bairros da zona oeste do Rio. A votação foi apertada, por conta dos votos do PSOL, o que teria levado o vereador ao “descontrole”.

“No mesmo sentido, apontam diversos indícios do envolvimento do Brazão, em especial do Domingos, em atividades criminosas, incluindo as relacionadas com milícias e grilagem de terras. Por fim, ficou designada a divergência no campo político sobre questões de regularização fundiária de direito de moradia”, diz o relatório policial.

A ação da PF, batizada de Operação Murder Inc., também cumpriu 12 mandados de busca e apreensão na capital fluminense, expedidos pelo Supremo. Segundo a PF, também são apurados crimes de organização criminosa e obstrução da Justiça.

O diretor-geral da Polícia Federal, delegado Andrei Rodri-

gues, afirmou que a motivação do crime também precisa ser “olhada em um contexto”. “A gente não pode dizer, e isso estava nos relatórios, que houve um único e exclusivo fato. O que há são várias situações que envolvem a vereadora Marielle Franco que levaram a esse grupo de oposição, envolve também a questão das milícias, disputas de territórios. Precisamos fazer essa análise olhando há seis anos. Havia um cenário e havia uma disputa”, afirmou.

Infiltrado
Investigações apontam que um miliciano se filiou ao PSOL para obter dados sobre a vereadora

BLOQUEIO. A prisão preventiva ocorreu cinco dias após Lewandowski anunciar a homologação da delação premiada de Ronnie Lessa, ex-policial militar apontado como o responsável por executar a vereadora e Anderson. Em depoimento, o comparsa de Elício Queiroz — que, segundo a investigação, dirigia o carro usado no crime — citou o deputado Chiquinho Brazão, o que motivou a remessa do caso para o Supremo, por causa do foro.

Além das prisões e das buscas, Moraes também determinou bloqueio de bens; afasta-

mento das funções públicas; e outras medidas cautelares, como tornozeleira eletrônica, recolhimento domiciliar noturno, entrega de passaporte e suspensão de porte de armas.

O TCE-RJ disse que policiais federais foram até o gabinete de Domingos Brazão ontem pela manhã para cumprir o mandato de busca e apreensão contra o conselheiro. Também foram alvo de medidas cautelares Erica Andrade, mulher de Rivaldo Barbosa; Giniton Lages, delegado da Polícia Civil e ex-chefe do Departamento de Homicídios; Marco Antonio Barros, comissário de Polícia Civil; e Robson Calisto Fonseca, assessor do TCE-RJ.

DELAÇÕES. Andrei Rodrigues, chefe da PF, afirmou que as delações premiadas de Ronnie Lessa e Elcio de Queiroz tiveram peso importante na elucidação do caso. Mas elas foram complementadas com outras provas. “Procuramos corroborar tudo que é falado pelos colaboradores, inclusive uma colaboração corrobora com a outra”, frisou.

Os presos foram levados pela manhã para a Superintendência da Polícia Federal, no Rio. Eles passaram por audiência de custódia. À tarde, foram transferidos para Brasília.

O advogado Ubiratan Guedes, que representa o conselheiro Domingos Brazão, afirmou que ele "nunca teve nenhuma ligação com Marielle Franco". "Segundo informações que nós tivemos, a imputação que tem contra ele é de obstrução de Justiça", afirmou o advogado (*mais informações na pág. A8*).

O STF marcou uma sessão extraordinária para hoje, para que a Primeira Turma da Corte analise as medidas determinadas no inquérito sobre o assassinato da vereadora.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, comemorou as prisões, em publicação numa rede social “Grande dia”, escreveu a ministra no X (antigo Twitter). “Só Deus sabe o quanto sonhamos com esse dia! Hoje é mais um grande passo para conseguirmos as respostas que tanto nos perguntamos nos últimos anos: quem mandou matar a Mari e por quê? Agradeço à PF e ao STF. Estamos mais perto da Justiça!” ●